

# CONSELHO FISCAL DO IPREBE

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREBE DE 2023 REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2023.

### ATA Nº 7/2023

- 1- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos da manhã Instituto de Previdência Municipal dos Bezerras- IPREBE, localizado na Rua Eurico Alves de Queiroz, nº 22, São Sebastião, nesta cidade, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do IPREBE com a presença dos devidos conselheiros: Williana Maria Torres da Silva- CPF: 048.412.034-43 – Titular Representante do Poder Executivo; Maria Aparecida de Lima- CPF: 527.915.484-91 - Suplente Representante dos Inativos e Pensionistas; Maria Cristiane Soares- CPF: 849.571.234-20 – Titular Representante do Poder Legislativo; José Wadson Ferreira da Silva – CPF: 083.549.844-19- Suplente Representante do Poder Legislativo e contando com a presença dos devidos aposentados visitantes como: Maria Lúcia Torres, Maria Francisca da Silva, Sônia Maria Silva, Maria Eliane Monteiro Bernardino, Edja Silvine dos Santos, Eudóxia Maria da Silva, Rita Anália da Concelção Silva, Jucelino Montisquiel da Silva, Inácia Maria da Silva e Fernanda da Silva Viana. A reunião iniciou-se pela presidente com a apresentação da pauta seguindo dessa forma: 1. Acolhida dos participantes; 2. Verificação do quórum e 3. Apresentação dos Conselheiros presentes e visitantes. 4. Leitura da Ata da reunião anterior. 5. Apresentação do Parecer sobre Acompanhamento do IPREBE referente aos meses de abril, maio e junho realizada pelo Grupo de Análises e Estudos do Conselho Fiscal. 6. Encaminhamentos, 7. Encerramento. Assim dando continuidade, a Presidente Cristiane Soares acolheu os visitantes e esclareceu sobre a formação do Grupo de Estudo e Análises que os devidos conselheiros criaram com o intuito de acompanhar melhor o funcionamento das movimentações financeiras e poder entender detalhadamente como funciona o IPREBE transformando assim num parecer bem minucioso da situação financeira do IPREBE. Assim, foi esclarecido aos visitantes que a devida reunião seria exclusivamente para apresentar aos demais conselheiros o resultado do

## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

levantamento feito pelo Grupo de Estudos. A Presidente também aproveitou o momento e apresentou, aos visitantes, os Conselheiros que formam o Grupo de Análises e Estudos responsáveis pelas informações do parecer apresentado. Ao passar a palavra para a Conselheira Wiliana, a Presidente foi interrompida pelo Conselheiro Wadson pedindo licença e citando que em nenhum momento foi minimizado o esforço e a importância trabalho do Grupo de Estudo e das informações repassadas das contas. No entanto, o Conselheiro reforça o que trouxe os visitantes a esta reunião não foi saber sobre as movimentações bancárias do IPREBE, mas pede que por uma questão de ordem e respeito desse a palavra a um dos visitantes aposentados para expor suas indignações e ânsias. A Presidente retoma a palavra e esclarece que a reunião foi pautada sem saber da vinda do grupo de aposentados presentes e que este Conselho não foi informado sobre tal necessidade sendo assim, é necessário seguir a pauta. No entanto, a Presidente coloca em votação entre os Conselheiros presentes sobre a possibilidade de pausar a pauta apresentada e abrir os espaços para os devidos visitantes aposentados manifestar suas indignações. Nesse sentido, os Conselheiros decidiram abrir a exceção e ouvir as reivindicações dos aposentados presentes. A aposentada Inácia diz que é a primeira vez que participa daquele momento, mas que gostaria de tirar algumas dúvidas. O que está sendo feito para resolver os devidos atrasos de pagamentos dos aposentados? A aposentada Fernanda também questionou sobre décimo e como está a organização para garantir o décimo dos aposentados? A aposentada Inácia também questionou possíveis aumentos para os aposentados que estão sem aumentos desde muito anos. Continuando as falas, o visitante Jucelino tomou a fala e citou que já encaminhou ofícios pedindo informações sobre os devidos casos como da aposentada Dona Inácia e que nunca obtém respostas sendo ocultado as informações públicas aos servidores. A aposentada Eliane Monteiro Bernardino reforça que o IPREBE é um espaço de todos e o que todos aposentados querem saber é sobre a situação futura do IPREBE. Existe dinheiro reservado para o décimo? O que está acontecendo que estamos recebendo atrasados? Entre muitos questionamentos, o Conselheiro Wadson cita que achou uma postura inadequada do IPREBE sobre a não divulgação de uma nota pública aos servidores aposentados informando sobre os não repasses da Prefeitura das alíquotas patronais e adicionais que estão acontecendo desde novembro de 2022. Wadson é enfático em afirmar que



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

as justificativas apresentadas nos grupos informativos do Instituto são mentirosas quando atrelam os atrasos ao FPM do município quando na verdade é resultado dos não repasses mensais omitidos pela prefeitura. Continuando os questionamentos, a visitante Edja Silvine questionou também o porquê foi decidido que os aposentados recebessem no 5º dia útil e não os servidores da ativa? Jucelino, volta a fala reforçando que todas as cobranças feitas são necessárias seguindo a lei. Existem leis federais que norteiam e precisam ser cumpridas. Que existem falhas nos direcionamentos dos Conselhos que precisam ser corrigidos e a obrigação de cumprir a lei é do diretor Presidente do Instituto. Ele deve estar atento as leis que norteiam o Instituto junto com a sua equipe jurídica e administrativa para não cometer erros como estão acontecendo. Após muitos questionamentos feitos, a Presidente retoma a fala e reforça que compreende a aflição de todos validando tudo o que foi exposto. No entanto, a Presidente enfatizou que, como Conselho Fiscal, algumas informações poderão até ser esclarecidas com a apresentação do Parecer que estava pautado para hoje. O Conselheiro Wadson esclareceu para a visitante Edja que a decisão de pagar os aposentados no 5º dia útil e não os da ativa vai diferenciar de cada instituição. O órgão responsável em definir as formas de pagamentos dos servidores ativos é um, ou seja, a Prefeitura. O órgão dos servidores aposentados é outro, o IPREBE. Então, é preciso entender que através dos repasses obrigatórios da Prefeitura o Instituto de Previdência faz o pagamento dos aposentados e investe o dinheiro para ter reserva em caixa reforça o Conselheiro Wadson. Após a devida fala do Conselheiro, a Presidente esclarece que este Conselho vem atuando de forma minuciosa para primeiramente entender o funcionamento da parte financeira do IPREBE e assim poder ter respaldo em todo acompanhamento das movimentações financeiras cobrando o que precisa ser cobrado. No entanto, é de ciência de todos o quanto a atual situação do IPREBE vem preocupando a todos e as dificuldades de repasses comprometem a vida financeira do nosso Instituto de Previdência e conseqüentemente os servidores aposentados. A Presidente reforça que todos os Conselheiros têm ciência dos fatos e estão comprometidos a direcionar as devidas atuações cumprindo o que a lei nº 772 orienta dentro das responsabilidades deste Conselho. A Presidente passa a palavra para a Conselheira Willlliana que também esclarece alguns pontos levantados. Williana reforça que parte de algumas colocações citadas pelos os visitantes já foram



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

apontados no levantamento feito no Grupo de Estudos. Inclusive levantamentos feitos sobre as movimentações financeiras do trimestre de abril, maio e junho já foi possível apontar o que foi repassado ou não pela Prefeitura e demais investimentos como também já avançando nos levantamentos dos meses seguintes em relação a julho e agosto faltando concluir setembro para terminar o segundo parecer do Grupo de Estudo. Na fala de Williana, foi reforçado o compromisso dos Conselheiros em buscar as informações específicas sobre o caso da servidora aposentada Edna e enquanto os pagamentos oscilando o tempo todo, a Conselheira reafirma que o IPREBE hoje não tem autonomia financeira que possibilite hoje ter dinheiro em caixa e fazer o pagamento nas datas específicas e tudo isso é ocasionado pela falta de repasses mensais na integralidade, por falta dos pagamentos dos devidos parcelamentos e por diversas situações que foram acumuladas nos últimos anos e que fizeram chegar a instabilidade de hoje. Nesse sentido, a Conselheira Wiliana reafirma que diante de todos os levantamentos que vem sendo feito foi confirmado que hoje o Instituto paga aos servidores aposentados após todo recolhimento das contribuições e complementos dos valores patronais e suplementar repassados. Essa é a realidade. Em relação ao devido aumento que a servidora Inácia citou, Williana afirma compactuar com a mesma ideia no sentido de todos os servidores ativos ou inativos que não sejam professores, recebem sem perspectiva de nenhum ajuste salarial e sem nenhum reconhecimento na profissão que exerce neste município. No entanto, no caso de aposentadorias é necessário observar a que regime e regra previdenciária foi incluída na época do benefício, pois as leis mudaram e cada aposentado estava incluída numa lei específica da época. É necessário ver cada caso e tentar futuramente um ajuste nas situações. Outro ponto abordado pela Conselheira Wiliana foi a reivindicação de não respostas aos ofícios encaminhados ao Instituto e como encaminhamento foi reafirmado que este Conselho vai notificar o diretor Presidente para sanar essa situação. Ao continuar seu posicionamento, a Conselheira também deixou claro que algumas situações apresentadas estão fora das atribuições deste Conselho e que podemos sim, acompanhar, direcionar mas muitas vezes não conseguimos resolver todos problemas. Neste momento, o visitante Jucelino intervém na fala da Conselheira dizendo que é sim atribuição do Conselho Fiscal fazer o acompanhamento para buscar melhorias no Instituto e não só notificar o Diretor do IPREBE. Wiliana reforça que



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

compreende todas as reivindicações, porém este Conselho Fiscal vem buscando atuar dentro das possibilidades para melhor contribuir com as devidas melhorias de nossas atribuições. Mas, é impossível que este Conselho possa dar segurança futura aos servidores inativos diante da atual situação que vem pautando o nosso Instituto. O Conselheiro Wadson usa a fala dizendo que diante das informações gravíssimas de não repasses desde novembro de 2022, o Conselho Fiscal só atuou até agora em levantamentos e parecer. No entanto, a Conselheira Williana lembra que todos Conselheiros estão cientes que já foram feitas notificações em relação aos não repasses. O visitante Jucelino cita o artigo 34 da Lei nº 772 inciso IX que demonstra como atribuição do Conselho Fiscal acompanhamento mensal das contribuições dentro do prazo legal notificando, denunciando e exigindo providências de regularização(...). A Conselheira reafirma que diante de todas as dificuldades estamos cientes de nossas responsabilidades e que mesmo acompanhando mensalmente as informações nossas reuniões acontecem trimestralmente. No entanto, estamos a trancos e barrancos tentando cumprir todas as nossas atribuições mesmo com as dificuldades dentro do próprio Conselho Fiscal. A Presidente Cristiane também reforça que entende as críticas mas todos os Conselheiros estão cientes do processo de maturação e aprendizado que este grupo vem vivenciando para fazer o que tem que ser feito e que estamos nos apropriando de informações e conhecimentos onde somos responsáveis nas ações que devemos realizar e por isso foi necessário o Grupo de Estudos para obter as informações e isso demanda tempo. Williana cita também que tudo, dentro das nossas limitações iniciais, estão sendo encaminhados de forma muito consciente mas que no decorrer do caminho vamos melhorar e chegar ao ideal necessário para cumprir o que tudo o que nos propomos a fazer e assim atender as expectativas de todos. Williana também pede desculpa em nome do Conselho a falta de divulgação dos editais de reuniões nas redes de comunicação do Instituto pois temos uma dificuldade por ainda estarmos sem secretária para dar o suporte necessário em algumas demandas burocráticas. Situação essa que estamos cientes dos atrasos nos encaminhamentos necessários do Conselho. Mas, mesmo assim, todos os Conselheiros também são responsáveis de repassar aos seus órgãos representantes as informações de nossas reuniões. Mesmo assim, Williana reforçou que o Conselho buscará resolver o problema e deixou aberto para todos os aposentados o convite de



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

participar do Grupo de Estudo acompanhando o trabalho dos devidos Conselheiros. É um compromisso do Conselho Fiscal melhorar sua atuação e atender as demandas necessárias para o funcionamento do IPREBE, reforça na fala a Conselheira. Concluindo as falas, a Presidente Cristiane retomou a palavra solicitando a plenária que pudesse voltar a pauta e ao mesmo tempo solicitou que havendo necessidade de buscar informações específicas através do Conselho Fiscal, os devidos visitantes e aposentados oficializassem com antecedência para tratar do assunto requerido pois assim atenderemos melhor os anseios dos servidores e não comprometeremos uma pauta já direcionada. A Presidente ainda esclareceu que todos somos servidores e estamos no mesmo barco e que nenhum momento este Conselho se omitirá de suas atribuições ou de atender as reivindicações dos servidores ativos ou inativos. No entanto, o Conselho compromete-se a buscar informações sobre possível organização sobre o décimo e sobre os ajustes nos pagamentos dentro das devidas possibilidades. Voltando a pauta, a Presidente apresenta o primeiro levantamento do Estudo feito sobre os meses abril, maio e junho esclarecendo que o parecer está sendo apresentado para análise dos Conselheiros que não integraram o devido Grupo de Estudos para assim ser validado e concluído. A Conselheira Wiliana ler os dados levantados sobre o 2º trimestre apresentando as entidades recolhedoras e os valores repassados e não repassados do patronal e suplementar de acordo com cada competência mensal. Seguindo a apresentação, Wiliana esclarece que todo parecer do 2º Trimestre estará anexado nas atas seguintes após conclusão e aprovação dos Conselheiros assim que for concluído as informações. Diante da apresentação do devido parecer, voltou-se ao debate sobre os não repasses dos valores e a falta de ações competentes do Conselho. O visitante Jucelino relembra que a partir das informações dos não repasses é competência do Conselho Fiscal cobrar constantemente ao Diretor Presidente ações de denúncias aos órgãos responsáveis (Tribunal de Contas e Ministério Público) sobre a situação. Jucelino reforça que a indignação é de não esperar para ser feito. Que não dar para esperar que os servidores entendam de administração pública ou entender quanto de recursos chegam ou não para poder ser atendido as necessidades dos servidores. A Presidente Cristiane retoma a fala e esclarece que todas as cobranças estão sendo feitas e acompanhadas juntos ao Diretor Presidente e também as entidades recolhedoras que estão pendentes e que



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

até o momento somente o FMS não responde os ofícios de cobrança enviados pelo Conselho. Wiliana relembra aos Conselheiros que os dados recebidos mensais pelo o Instituto acompanham prazos que muitas vezes passam dos 15 dias do mês subsequentes e que as informações não chegam todo no fechamento do mês e sim depende primeiro dos prazos que os órgãos tem para repasses ao IPREBE. Ao ler todo parecer, a Conselheira Wiliana também esclarece que os não repasses muitas vezes estão chegando nos meses seguintes, mas sem incluir multas e juros por atrasos dos órgãos recolhedores. No parecer consta o quadro demonstrativo dos valores e datas dos repasses e do não pagamentos das multas e juros aplicados. Wiliana conclui a apresentação mostrando também os parcelamentos aceitos e não aceitos no CADPREV e que estão sendo analisados também pelo Conselho. Ao fim da explanação, a Conselheira Wiliana ler algumas orientações que este Conselho indica como medidas diante da situação exposta como: notificar o Conselho Deliberativo sobre o parecer realizado. Recomendar ao município que adote providências necessárias para regularização dos repasses previdenciários. Informar aos órgãos de fiscalização externos através dos representantes legais, as devidas irregularidades. Cobrar as entidades recolhedoras que estejam com débitos. Notificar a Gestora do Município e os Diretor do RPPS afim de ter ciência dos problemas recorrentes. Diante do exposto, Jucelino questionou algumas duplicidades de informações e exemplificou sobre a falta de repasse da Saúde em abril que no relatório estavam diferentes do que o Instituto havia informado ao SISMUBE anteriormente. Williana justifica que as informações podem divergir visto que os repasses muitas vezes, não são feitos fielmente no mês específico e sim meses seguintes e por isso a necessidade de um olhar minucioso nas informações pois muitas vezes cobramos algo que já foram pagos. A Presidente também reforça que nessa situação o que precisa ser verificado são taxas de juros que não estão sendo cobrados e levando em consideração que este Conselho Fiscal já assumiu suas funções em junho com dados acumulados e atrasados. Jucelino reforça que é preciso atentar a necessidade de acompanhar mensalmente e não deixar para depois. Os juros precisam ser calculados pois não é uma prática correta não considerar os juros de atraso e a partir da verificação dessa situação precisa ser tomado providências, reforça Jucelino em sua fala. O Conselheiro Wadson relembra alguns encaminhamentos do Conselho que não houve resposta como o pedido da



## CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

Secretária, da Assessoria Técnica e diz ser absurdo não ser atendidos até agora pelas demandas das necessidades dos Conselhos. A Presidente Cristiane retomas a pauta nos encaminhamentos reforçando que a próxima reunião do Conselho Fiscal será extraordinária logo na primeira semana de outubro para assim concluirmos e validarmos o parecer apresentado hoje. Após a conclusão a exposição dos pontos abordados e debatidos e não havendo quem mais utilizasse da palavra, deu por encerrada a reunião. As assinaturas contam abaixo:

*Maria Cristiane Soares*

*Maria Cristiane Soares*

MARIA CRISTIANE SOARES - CPF:849.571.234-20

PRESIDENTE CONSELHO FISCAL

---

JOSÉ WADSON FERREIRA DA SILVA - CPF:083.549.844-19

SUPLENTE REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO

*Wiliana Maria Torres da Silva*

WILIANA MARIA TORRES DA SILVA - CPF:048.412.034-43

TITULAR REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

---

BRENO RODRIGUES MELO TAVARES - CPF: 105.074.404-71



# CONSELHO FISCAL DO IPREBE

---

SUPLENTE REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

---

MARIA DO CARMO DE LIMA SILVA - CPF:025.676.214-74

TITULAR REPRESENTANTE DOS INATIVOS E PENSIONISTAS



---

MARIA APARECIDA DE LIMA-M CPF: 527.915.484-91

SUPLENTE REPRESENTANTE DOS INATIVOS E PENSIONISTAS